

DA ROÇA DIRETO PARA A UNIVERSIDADE

Daniela de Souza Silva - daniela.souza@ufv.br

Poliana de Souza Paes - poliana.paes@ufv.br

Luis Antônio Abrantes - abrantess@ufv.br

Flávio de Paiva Maia - flaviomaia@ufv.br

* Submissão em: 25/02/2025 | Aceito em: 11/05/2026

RESUMO

O caso relata o desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar em uma Universidade Pública de Minas Gerais que apesar de cumprir a legislação e os ritos processuais, percebeu que o programa não seria efetivo se não houvesse uma ação multidisciplinar e melhor entendimento do contexto do programa. Nesse contexto a equipe responsável pelas compras buscam formas para que haja efetividade no programa, para isso se depararam com os seguintes dilemas: Quais são as reais dificuldades encontradas pelos agricultores familiares para participarem do processo? e Como a Universidade pode envolver a comunidade e os setores relevantes para garantir o sucesso do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar? O presente caso de ensino destina-se à reflexão sobre a burocracia nas compras públicas, servindo como base para discutir aspectos teóricos e práticos sobre o compras públicas, políticas públicas e práticas de gestão pública.

Palavras-chave: Compras Públicas. Programa de Aquisição de Alimentos. Políticas Públicas.

FROM THE COUNTRYSIDE STRAIGHT TO THE UNIVERSITY.**ABSTRACT**

This case study reports on the development of the Family Farming Food Acquisition Program at a public university in Minas Gerais, Brazil. Despite complying with legislation and procedural requirements, the university realized that the program would not be effective without a multidisciplinary approach and a better understanding of its context. In this context, the purchasing team sought ways to improve the program's effectiveness, encountering the following dilemmas: What are the real difficulties faced by family farmers in participating in the process? And how can the university involve the community and relevant sectors to ensure the success of the family farming food acquisition program? This teaching case aims to reflect on bureaucracy in public procurement, serving as a basis for discussing theoretical and practical aspects of public procurement, public policies, and public management practices.

Keywords: Public Procurement. Food Acquisition Program. Public Policies.

1 REALIZANDO UM SONHO

Aline é uma mulher de 35 anos, que em 2012 passou em um concurso público para assistente em administração na Universidade Federal dos Lagos, realizando assim um grande sonho de ser servidora da universidade, já que seu pai, um servidor aposentado, sempre a levava para a instituição e ela tinha como sonho seguir os passos do pai. Aline então foi direcionada para trabalhar na Diretoria de Material, setor responsável pelas compras da Universidade e Aline se sentiu muito honrada por trabalhar nesse setor. Após 10 anos de dedicação ao trabalho, em 2022 Aline foi convidada para assumir a chefia da Licitação, e com muita alegria assumiu o cargo, com muitas ideias de melhoria para o setor.

Com algumas mudanças que aconteceram no país, o setor comandado pela Aline perdeu alguns servidores que aposentaram e seus cargos não haviam reposição, fazendo com que ela, juntamente com sua equipe, melhorasse os processos internos para conseguir realizar o trabalho de forma eficiente. Sendo assim, a equipe de licitação da instituição, coordenada pela Aline, Chefe da Divisão de Aquisições, é composta ainda pela Ana, servidora da Instituição há mais de 30 anos, e André, que acabou de passar no concurso público.

Aline sempre se sentia muito realizada quando conseguia colocar em prática os projetos e programas que estavam no papel. Um dos programas que sempre chamou muita atenção dela era o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, pois sempre imaginou que esse programa traria benefícios para a universidade e a região, uma vez que abre as portas da instituição para o pequeno produtor. Porém apesar de ser uma obrigatoriedade por lei, uma inquietação ficava na cabeça de Aline, principalmente porque ela via que poucos produtores conseguiam chegar ao fim do processo que o programa exigia.

2 ALIMENTANDO OS ESTUDANTES

A Universidade Federal dos Lagos (UFL) é uma Universidade Pública Federal de Minas Gerais, tendo como ponto forte os cursos de graduação da área agrária, devido sua origem ser de uma Escola de Agricultura e Veterinária. Com o passar do tempo a universidade foi crescendo, criando cursos vinculados às ciências exatas, biológicas e humanas, além de cursos de pós-graduação em

todas as áreas. A UFL conta com três restaurantes universitários que atendem mais de 20 mil estudantes.

O processo de aquisição de alimentos na UFL, tem como propósito abastecer os três restaurantes e fornecer refeição para mais de 20 mil estudantes. O trabalho despendido do processo envolve recursos humanos e financeiros. O sucesso deste tipo de processo impacta diretamente na atividade fim da instituição, visto que além dos demais estudantes, aproximadamente 15% estão enquadrados como em situação de vulnerabilidade e fazem suas refeições exclusivamente nos restaurantes, sendo subsidiados pela instituição.

A UFL faz compras de diversos itens para os restaurantes universitários através do processo de licitação, alguns produtos são não perecíveis como arroz e feijão e outros perecíveis como carnes e verduras. Entre as formas de aquisição existe a compra de frutas, verduras e legumes por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que facilita a comercialização da produção na agricultura familiar. Os produtos adquiridos pelas universidades federais através do PAA em sua maioria são destinados aos restaurantes universitários (Salgado; Souza; Ferreira, 2022). A aquisição através do PAA é um ponto que sempre chamou muito atenção da Aline, pois ela consegue ver nesse programa uma forma de favorecer a própria comunidade da cidade e quis acompanhar de perto e ver o programa acontecer.

O PAA-UFL é uma estratégia eficaz para melhorar a renda e facilitar a comercialização da produção na agricultura familiar. Além disso, ele desempenha um papel crucial para beneficiar a população em situação de vulnerabilidade por meio da distribuição de alimentos saudáveis. O programa representa uma experiência significativa de colaboração pública entre instituições de ensino superior e a sociedade, especialmente em cenários desafiadores. A construção participativa e a ampla abrangência do PAA-UFL específica uma inovação sociotécnica valiosa para uma instituição executora, destacando a importância de expandir iniciativas semelhantes, inclusive por meio das universidades públicas federais. Essa expansão visa valorizar a agricultura familiar e promover a produção sustentável de alimentos.

O orçamento inicial disponível para o PAA na Instituição é de R\$260 mil reais para o total de 34 toneladas de alimentos. As aquisições são realizadas através de uma chamada pública, onde são adquiridos 13 itens: banana prata, cebolinha, salsa, couve, feijão vermelho, fubá de milho, inhame, mandioca com casca, moranga híbrida, pó de café e tangerina.

3 TRABALHO EM EQUIPE

Aline reuniu toda a equipe que trabalhou por três meses com muito afinco nas etapas do processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar e estava empolgadíssima com o resultado social que este processo iria causar. Eram frequentes as discussões na equipe sobre as grandes empresas terem mais capacidade técnica de participar do processo licitatório e, mesmo sendo de outros estados, realizarem entregas na cidade dos Lagos-MG, muitas vezes com atraso pela distância e pelas características dos produtos, e os produtores locais não conseguirem vender para a UFL.

Alguns membros da equipe pontuaram que Minas Gerais é o estado da região Sudeste com o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar e o segundo do país, surgindo então o grande questionamento: porque esses fornecedores não estavam aproveitando o nicho de mercado que a UFL poderia ser para escoar a produção?

Então, em 2023, esse grupo de trabalho fez as aquisições de frutas e verduras por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O processo obedeceu a todos os parâmetros legais, sendo uma das prerrogativas do programa a simplificação dos documentos exigidos como forma de incentivar a participação desses agricultores e o processo, por ser eletrônico, seria muito mais ágil. A equipe estava empolgadíssima com a expectativa de sucesso nesta mudança de perfil das aquisições da UFL e com os benefícios que causaria na comunidade.

Todos estavam acompanhando, ansiosos, as assinaturas dos contratos e a emissão dos pedidos. Após alguns dias do final da licitação, a equipe começou a perceber que alguns contratos ainda não haviam sido assinados e, para a surpresa de todos, algumas das ordens de fornecimento não tinham sido entregues ainda nos restaurantes universitários.

Aline então convocou toda a equipe de licitação, para que juntos pudessem avaliar a forma como a política de aquisição de alimentos estava sendo aplicada na UFL e analisar possibilidades de melhoria para que o processo seja efetivo.

4 É HORA DE OUVIR O OUTRO LADO

Com grande receio de prejudicar o atendimento dos restaurantes universitários e por consequência os alunos que dele dependem, a equipe da licitação se reuniu com alguns fornecedores para buscar informações junto aos agricultores para entender quais as dificuldades encontradas para que o processo fosse realizado com sucesso. Alguns relatos foram coletados: - José: Eu participei do processo de licitação, até fiquei feliz demais, ia vender laranja em grande quantidade, bem mais do

que eu vendo em um mês inteirinho na feira. O problema é que de quando eu fiz o acordo até chegar o pedido, a safra da laranja acabou e eu não tinha mais nenhuma pra entregar. O contrato foi assinado em março e vence em 31 de dezembro, não consegui fazer nenhuma entrega sequer.

- Dona Josefa: Eu tentei participar, mas eram tantos documentos para entregar, tinha que ter e-mail, assinar pelo computador. Desisti! Não é pra mim isso não! (Dona Josefa)

- Dona Ruth: Já eu, consegui na cooperativa todos os documentos, eu tinha ganhado para fornecer tomates. Mas minha safra foi toda perdida por causa de uma praga e eu não tinha nenhum tomate. Ouvi falar que no próximo vão dar opção de oferecer outro item no lugar. Seria melhor assim.

- Eduardo: Eu não tenho nenhum computador, mal sei assinar meu nome, nem participei do processo. Eu acho que licitação é sempre pra algum conhecido ganhar, não conheço ninguém, não vou nem perder tempo!

5 BUSCANDO SOLUÇÕES

Todos na equipe de licitação ficaram assustados com a situação encontrada, o trabalho que tem um ganho social e uma finalidade tão positiva estava ameaçado e correndo risco não atingir os objetivos propostos, por falta de adaptações à realidade do contexto social ao qual ele é desenvolvido. Como parte da equipe que precisa analisar a situação atual e apresentar formas de tornar o processo mais adequado à realidade encontrada, você poderá sugerir o que poderá ser feito para que a demanda seja atendida, a política efetiva e o processo um sucesso!

Para solucionar a situação a equipe começou a discutir o assunto para tentar achar uma solução viável, para direcionar a discussão, a Aline iniciou a reunião expondo seu entendimento sobre o caso:

- Aline: Pessoal, boa tarde! Após as conversas com os fornecedores participantes do PAA, precisamos achar soluções para que o programa seja efetivo. Gostaria de tranquilizar vocês de que não há nenhuma falha, legalmente falando, em nosso processo. Entretanto, se não agirmos logo, de modo a incentivar a participação de mais produtores e viabilizar essa participação, no final do processo ele não será capaz de suprir as demandas dos restaurantes.

- Ana: Aline, se não há nenhum problema e fizemos tudo como manda a lei, por que precisamos trabalhar mais nesse processo? Os agricultores que vão ganhar dinheiro no final das contas, eles que deveriam estar preparados para fazer o que o edital pede.

- Aline: Ana, entendo seu ponto de vista. Mas penso que temos uma função social a ser desempenhada neste processo, principalmente por sermos servidores públicos. O PAA é uma

oportunidade de desenvolvimento para agricultores da nossa região e suas famílias, além de ser uma oportunidade de aquisição de produtos de qualidade para a instituição. Nosso trabalho só completa, só encerra o ciclo com eficiência, se o produto chegar à mesa do estudante.

- André: Isso mesmo Aline, meu pai era agricultor e vendia seus produtos apenas na feira, acabou não tendo condições de manter o sítio e se mudou para a cidade. As verduras que ele plantava não tinha nenhum agrotóxico, eram ótimas! Se ele tivesse participado de um programa como esse, podia estar no sítio onde ele era tão feliz! Mas o processo é muito burocrático, precisamos simplificar as coisas.

- Aline: Então pessoal, vamos começar a pensar nas estratégias que podemos utilizar e quais setores da Instituição vamos precisar envolver para fazer este programa dar certo!

- André: Estamos em uma instituição de ensino com grande atividade de extensão, tenho certeza que isso poderia ser um grande aliado neste processo, já que a extensão é a articulação entre a Universidade e a sociedade.

- Ana: Tudo bem pessoal, já que sou voto vencido e todos querem continuar trabalhando nesse assunto, vou participar! Mas André, no serviço público as coisas não funcionam como você pensa não, a burocracia é necessária para o cumprimento da lei. O processo eletrônico foi um grande entrave para os agricultores, mas de jeito nenhum vamos voltar a utilizar envelopes de papel! Retrocesso já é demais... Como poderíamos superar essa barreira?

- Aline: Concordo com você Ana, não podemos deixar de utilizar de cumprir a lei, mas podemos avaliar se todos os documentos solicitados são realmente necessários para a execução do contrato. Também concordo que não podemos deixar de usar as ferramentas tecnológicas que temos, mas eles precisam conhecer o que precisam fazer e saber como fazer. Por exemplo, assinar eletronicamente o contrato, fazer a proposta... Eles precisam de capacitação!

- Ana: Eu acho que eles querem alguém que faça por eles...

- André: Não é má ideia viu Ana! Eles são pessoas simples e a maioria de pouca instrução.

- Ana: Por que o Serviço de Contratos não está fazendo nada? Eles deveriam ter verificado que os agricultores não estavam conseguindo assinar os contratos e entender os termos jurídicos expressos nele. E a Divisão de Extensão da Universidade? Onde estão? Por que não auxiliam nas etapas que acontecem fora da UFL?

- Aline: Pessoal, precisamos organizar quais são os problemas encontrados e quais setores vamos precisar acionar e ainda precisamos pensar sobre como superar esses desafios e também pensar

o que fazer quando ocorre perda da safra e ainda sobre a data dos contratos, já que estamos fazendo contratos que finalizam sempre em 31 de dezembro.

- André: Aline, temos boas intenções, mas não temos o know how necessário para ajustar todos esses pontos!

- Ana: Eu falei desde o início que era melhor deixar isso pra outra pessoa resolver.

- Aline: Precisamos definir o que é preciso realmente ser feito para que o programa seja efetivo.

Após a reunião a equipe chegou à conclusão que era necessário fazer uma avaliação minuciosa da execução da política e as adequações nas contratações da Instituição de forma que estimule a participação dos agricultores na política e afetividade na entrega dos alimentos, de modo que a política seja efetiva na execução. Surgiram então as seguintes questões a serem resolvidas:

Quais são as reais dificuldades encontradas pelos agricultores familiares para participarem do processo?

Como a Universidade pode envolver a comunidade e os setores relevantes para garantir o sucesso do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar?

6 NOTAS DE ENSINO

6.1 Objetivos educacionais

O presente caso de ensino destina-se à reflexão sobre a burocracia nas compras públicas, enfatizando a importância crucial do comprometimento das equipes participantes nos programas e políticas públicas. Este caso de ensino busca analisar o processo da Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e fomentar o debate sobre para promover a sustentabilidade e fortalecer a Agricultura Familiar em compras públicas, de forma a garantir a oferta de alimentos saudáveis e contribuir para o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

O principal objetivo didático é proporcionar aos estudantes de graduação uma percepção aguçada sobre as premissas de que, por mais meticulosamente elaborado e implementado que seja um programa, sua eficácia plena encontra-se comprometida caso a voz das partes teoricamente beneficiadas não seja ouvida, e suas necessidades atendidas. Em última instância, torna-se evidente que a omissão de pequenos ajustes pode resultar em prejuízos substanciais para o programa como um todo. Busca-se servir como base para discutir aspectos teóricos e práticos sobre o compras públicas, políticas públicas e práticas de gestão pública.

O caso é indicado a aulas e disciplinas que discutem:

- Burocracia pública
- Compras públicas
- Planejamento e implementação de políticas públicas;
- Avaliação de Políticas Públicas

6.2 Fonte dos dados

A elaboração do caso teve como fonte principal entrevista com a Chefe da Divisão de Aquisições. Realizou-se uma entrevista semiestruturada, com duração aproximada de uma hora e meia. Nessa entrevista, procurou-se obter informações gerais sobre o caso, dados sobre a instituição envolvida, sobre o contexto do programa e sobre os atores participantes. Além disso, buscou-se detalhar o problema principal, as dificuldades e as alternativas existentes. Foram também coletados documentos relevantes para a análise do caso, como por exemplo: Edital e termo de referência das aquisições de 2023 e 2022 da Instituição.

O caso de ensino foi baseado em uma história real, sendo adaptada algumas situações fictícias para um melhor entendimento e fomentar as discussões. Os nomes envolvidos, tanto da Instituição quanto dos participantes, são fictícios.

6.3 Principais conceitos e teorias mobilizados pelo caso

A licitação se faz obrigatória a todos os órgãos da Administração Pública direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente. Uma importante mudança de perspectiva se refere à ideia de que as licitações não são mais encaradas como procedimentos voltados à aquisição estanke de produtos, serviços e obras, mas dotadas, também, de uma função regulatória conformadora do mercado, na qual são empregadas como instrumentos de implementação de políticas públicas (Garcia; Ribeiro, 2012, p. 232).

Na década de 1990 no Brasil, mais de 9 milhões de pessoas não eram capazes de prover suas necessidades básicas nutricionais, em 2014 houve queda de 82% no número de brasileiros em situação de subalimentação. Ainda de acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Fao, 2014, p. 2) “a realização progressiva do direito à alimentação implica

ações legais, políticas, econômicas, sociais e institucionais baseadas nos princípios da transparência, prestação de contas, participação, não discriminação, delegação de poder, dignidade humana e Estado de Direito”.

O Programa de Agricultura Familiar (PAA) foi instituído pelo Decreto nº 7.775/2012, passou por diversas transformações, sendo remodelado pela Lei nº 14.628 de 20/07/2023, sendo uma política pública com objetivo de incentivar à agricultura familiar e o combate à insegurança alimentar e nutricional. O PAA teve início em 2003 e passou por diversas fases e alterações nos objetivos e estratégias adotadas. Através do programa, são realizadas compras de alimentos produzidos exclusivamente por agricultores familiares, destinadas às “pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino” (Brasil, 2023).

O programa possui 5 modalidades, sendo elas: compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite e Compra Institucional (Brasil, 2023). A inclusão do PAA como modalidade de Compra Institucional permitiu que novas oportunidades de aquisições de alimentos oriundos da agricultura familiar fossem adquiridas pelos entes públicos por meio de dispensa de licitação.

A modalidade de Compra Institucional é a Compra direta pelos órgãos e entidades governamentais (hospitais, exército, creches, presídios, etc) de alimentos da agricultura familiar, com dispensa de licitação. Seu limite de aquisição é de até R\$30.000 por ano por família detentora da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) física, por órgão comprador, e até 6 milhões para detentores de DAP jurídica (BRASIL, 2023).

O PPA estabelece que no mínimo 30% das compras, obrigatoriamente, precisam ser da agricultura familiar, o que viabilizou a participação da agricultura familiar local e regional nos processos, visto que estes não possuíam capacidade competitiva com as grandes redes. Com a dispensa de licitação o processo se torna mais simples, possibilitando a compra direta de alimentos dos agricultores locais (Hespanhol, 2013). As etapas das aquisições pelo PAA estão descritas no quadro 1:

Quadro 1: Etapas do processo de compra do PAA

Etapa	Descrição
-------	-----------

Elaboração da Chamada Pública	Na fase inicial do PAA, na modalidade Compra Institucional, a Comissão do programa assume a responsabilidade de determinar quais produtos serão adquiridos, estabelecendo especificações, preços de referência e detalhes. Com base nessas decisões, a Diretoria de Material elabora a Chamada Pública, atendendo aos preceitos estabelecidos pelas Leis, Decretos e Resoluções do PAA.
Publicidade da Chamada Pública	A Chamada Pública, por razões legais, é divulgada tanto em jornais oficiais quanto no site institucional. Além disso, são enviados comunicados e materiais de divulgação diretamente para as instituições ligadas à agricultura familiar, como associações, cooperativas e sindicatos rurais, sendo essa distribuição realizada por meio da intermediação e interlocução dos escritórios da EMATER.
Habilitação e Classificação	Os fornecedores e as organizações ligadas à agricultura familiar apresentam suas propostas de venda, acompanhadas das documentações comprobatórias solicitadas pelo edital. Para a classificação das propostas, é considerado o preço final de venda, sendo considerada vencedora a interessada que oferecer o menor preço. Em situações de empate, é aplicada a ordem de preferência estabelecida no edital.
Resultado final, contrato e vigência	O resultado da licitação é divulgado mediante comunicação aos participantes e publicado no site da Diretoria de Material. Após adjudicação e homologação da Chamada Pública, o vencedor é convocado para a assinatura do contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios para o PAA que terá validade definida no edital ou até o esgotamento das quantidades.
Entrega	Os gêneros alimentícios são entregues nos Restaurantes Universitários – Campus UFL em datas pré-estabelecidas e em condições de transporte e embalagem definidas na Chamada Pública. Um representante da UFL acompanha e fiscaliza a entrega dos produtos.
Pagamento	O pagamento é realizado em até dez dias após a entrega do produto, por meio de ordem bancária, mediante apresentação da nota fiscal que comprove o fornecimento do produto à universidade

Fonte: Elaborado pelos autores

Devido aos procedimentos recentes de aquisição de produtos da agricultura familiar pelas instituições de ensino federais e de relevância socioeconômica significativa que tais ações representam, essas atividades emergiram como uma das principais fontes de sustento para esse setor (Salgado, 2016).

Ao analisar a execução do Programa de Aquisição de Alimentos pelas universidades federais, Salgado, Souza e Ferreira (2022) destacaram que apenas 30% das universidades federais brasileiras adquiriram alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas. Dessas chamadas, mais da metade (59%) tiveram itens fracassados ou atendimento parcial, o que mostra que existem problemas enfrentados pelas universidades na operacionalização do programa.

6.4 Alternativas para a Análise (e aplicação) do Caso

O caso deverá ser aplicado em uma aula entre 80 a 100 minutos para uma turma de aproximadamente 25 pessoas. Recomenda-se que o professor envie o caso aos alunos com uma semana de antecedência para que eles possam fazer a leitura, estudar e estarem preparados para a atividade em sala de aula. A turma deverá ser dividida ao meio, criando-se dois grupos de discussão, ambos deverão discutir as duas questões apresentadas, porém cada um apresentará as possíveis soluções em sala de uma das questões e o outro grupo interagindo, seja criticando ou acrescentando soluções. No momento da apresentação a sala deverá ser formada em formato de círculo para que todos possam participar. A seguir é apresentada a proposta de condução do caso de ensino

1. Aquecimento (5 minutos): É importante começar nivelando os conhecimentos da turma, saber se há alunos com conhecimento prévio em processos de aquisição no setor público, em gestão de equipe e na Política de Aquisição de Alimentos.

2. Organizando os fatos e personagens (15 minutos): Nesta seção, o importante é organizar os principais fatos do caso, quem são os personagens? O que sabemos deles? O que está em jogo para eles? O que podem ganhar ou perder dependendo do que acontecer nessa situação?

3. Desafio de um projeto de aquisição no PAA (15 minutos): Nesta seção o foco é explorar a fundo as diretrizes e os desafios das aquisições públicas por meio do PAA.

4. Pensando em alternativas (20 minutos): Nesse momento deverá pensar em como lidar com o dilema apresentado no caso.

5. Tomando uma decisão (25 minutos): Para fechar a discussão, os alunos deverão apresentar as soluções e discutir as propostas apresentadas

6.5 Possíveis alternativas de decisões/soluções

Quais são as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares para participarem do processo?

- Reunir documentação solicitada
- Acompanhar os pedidos por meio digital
- Fazer o cadastro no sistema de compras do governo
- Emitir notas fiscais
- Entregar produtos contratados por sazonalidades da produção

Como a Universidade pode envolver a comunidade e os setores relevantes para garantir o sucesso do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar?

- Oferecer treinamento e apoio para a documentação. Fazer contato com o SEBRAE e com as cooperativas para que os produtores estejam sempre com estes documentos dentro da validade.
- Organizar equipe de estagiários para auxiliar os agricultores na assinatura de contratos
- Fazer contratos de fornecimento de pelo menos um ano e não encerrando ao final do ano calendário, pois assim tem mais chances que o fornecedor consiga entregar pelo menos uma safra do produto licitado.
- Dar a opção de substituição do produto ofertado, mediante necessidade da instituição, em casos de perda de safra ou outro problema que prejudique a entrega.
- Fazer reuniões presenciais para explicar o fluxo do processo, as necessidades e como funciona todo o processo para gerar confiabilidade
- Divulgar as informações sobre as próximas aquisições com o prazo mais longo, para que possam se organizar melhor.
- Buscar projetos de extensão que auxiliem os produtores a diversificar sua produção
- Incentivar a formação de cooperativas para a venda dos produtos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 2023. Disponível em <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>. Acesso em: 05 jan. 2025.

BRASIL. Lei 14.628, de 1 de maio de 1943. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm. Acesso em 05 jan. 2025.

FAO. Agricultura e segurança alimentar no Brasil. Brasília: FAO/Incrá, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/> Acesso em: 25 nov. 2023.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. Sociedade & Natureza. Uberlândia. v. 25, n.3, p. 469-483, set./dez. 2013

GARCIA, F. A.; RIBEIRO, L. C. Licitações públicas sustentáveis. Revista de Direito Administrativo, v. 260, 2012.

SALGADO, R. J. S. F. Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): a trajetória de operacionalização do PAA Institucional na Universidade Federal de Viçosa-MG (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Viçosa, 2016.

SALGADO, R. J. S. F.; SOUZA, W. J.; FERREIRA, M. A. M. Compra institucional de produtos da agricultura familiar: avaliando a execução do Programa de Aquisição de Alimentos pelas universidades federais. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 60, p. 1-21, 2022.